intexto
E-ISSN 1807-8583

UFRGS
PPGCOM

Artigo

Enquadramentos de mulheres médio-orientais na imprensa: uma análise dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo

Rodrigo Martins Aragão
Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, João Pessoa, PB, Brasil
ORCID https://orcid.org/0000-0002-9929-885X

Lucélia Gomes Pereira
Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, João Pessoa, PB, Brasil
ORCID https://orcid.org/0000-0001-7852-5235

Resumo

O artigo tem como objetivo identificar e discutir os enquadramentos jornalísticos acerca de mulheres médio-orientais na imprensa brasileira. Nosso *corpus* constitui-se de matérias veiculadas pelos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, entre 01 de janeiro e 31 de maio de 2018. Articulamos o conceito de Orientalismo proposto por Edward Said aos estudos de gênero desenvolvidos sobretudo por Maryam Khalid, Hamideh Sedghi e Azedah Kian-Thiébaut, compreendendo como concepções orientalistas operam nas narrativas jornalísticas. A metodologia aplicada foi a Análise de Conteúdo, em sua modalidade temático-categorial. Identificamos que as narrativas estão ancoradas na ideia de ocidentalização da região, na qual as mulheres são exibidas em direção a uma transição para a idealização de modernidade, mas ainda vinculadas a concepções tradicionalmente orientalistas.

Palavras-chave

Oriente Médio; mulheres; enquadramentos; Folha de S. Paulo; O Globo

1 Introdução

As narrativas jornalísticas propõem-se a apresentar conhecimentos sobre o mundo e serem os relatos mais precisos possíveis da realidade. Elas vêm carregadas de representações sobre lugares, pessoas e temas. Concebendo as representações enquanto modalidades de

Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 53, e-119713, 2022.
DOI: 10.19132/1807-8583202253.119713

conhecimento que auxiliam na compreensão do mundo, no ambiente jornalístico elas são também construções, formatadas por procedimentos e decisões que vão desde a seleção até a apresentação das notícias.

No caso do Oriente Médio, os processos informativos presentes nos meios de comunicação são centrais na intermediação e difusão de representações geradoras de saber social, reflexões e modos de perceber os eventos e populações da região, tendo em vista sua distância geográfica e cultural com o cotidiano das audiências brasileiras.

No jornalismo internacional realizado por jornais brasileiros, as coberturas sobre o Oriente Médio apresentam em sua maioria projeções intrinsecamente ocidentais, motivadas pela replicação de materiais de agências de notícias estadunidenses e europeias e pela ausência significativa de conteúdos produzidos diretamente *in loco,* o que restringe o acesso às fontes envolvidas nos acontecimentos e terminam por disseminar perspectivas limitadas sobre diferentes dimensões da região, como política, populações, religiões, etc.

A imagem de mulheres árabes e muçulmanas na mídia ocidental frequentemente é enquadrada nos estereótipos da submissão à religião e ao patriarcado, da passividade frente à desigualdade de direitos civis e sexuais, da vida de opressão constante, entre outros exemplos. No entanto, estudos com perspectiva histórica (SEDGHI, 2007; KIAN-THIÉBAUT, 2008; KHALID, 2011, 2017; FIDH, 2012) sobre essas mulheres as inserem no centro da luta por direitos e participação política, desempenhando papel fundamental em diferentes países e contradizendo a visão negativa apresentada midiaticamente no Ocidente.

As premissas estereotipadas em circulação sobre as mulheres médio-orientais têm entre suas constituições um quadro de referências maior: a visão orientalista e colonialista sobre a região, refletida no ambiente midiático. Os preconceitos articulam-se também com problemáticas ligadas a questões religiosas, étnico-raciais e de gênero, o que carece que também sejam consideradas no debate sobre a imagem midiática das mulheres.

O Orientalismo é um sistema de conhecimentos criado pelo Ocidente acerca do Oriente – especialmente Ásia e Oriente Médio – que descreve O Oriente com base em um escopo de valores e interesses imperialistas. Tais descrições envolvem caracterizações distorcidas, generalizadas e negativas sobre os povos orientais (SAID, 2007, 2011). O Orientalismo se constitui em uma dinâmica de poder que envolve o controle de narrativas e, em última instância, o controle político, econômico e social do território. Os conteúdos dos meios de comunicação são elementos-chave para que narrativas estereotipadas e orientalistas tenham se desenvolvido e ainda tenham eficácia na modernidade. Por meio

DOI: 10.19132/1807-8583202253.119713

deles, expõe-se diariamente um fluxo de imagens produzidas, selecionadas e formatadas, que disseminam publicamente construções sobre os mais diversos objetos. Tais construções são reveladas sob a forma de representações, elementos que tanto constituem como são constituídos pela realidade (LIMA, 2004) e manifestam-se no jornalismo por meio de, entre outros elementos, os enquadramentos.

O presente artigo propõe identificar e discutir os enquadramentos veiculados pelo jornalismo brasileiro acerca das mulheres do Oriente Médio, investigando como suas pautas e ações são apresentadas nas narrativas da editoria internacional dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, em suas versões impressas. Nesse contexto, verificaremos a presença ou ausência de premissas orientalistas nas coberturas dos veículos.

Do ponto de vista metodológico, utilizaremos a Análise de Conteúdo na modalidade temático-categorial (BARDIN, 2016), mediante a identificação e análise dos enquadramentos jornalísticos. Nossa discussão teórica contempla o Orientalismo em intersecção com os estudos de gênero, examinando como vem sendo exibida a imagem do Oriente Médio na mídia ocidental, especificamente no Brasil, contexto que influi de forma decisiva no tratamento dado às mulheres na imprensa. Além disso, abordaremos os enquadramentos, mecanismos pelos quais as representações operam no jornalismo.

2 Orientalismo na mídia e abordagens de gênero

Historicamente, o Ocidente (leste) criou um modo próprio e frequentemente negativo para representar e descrever o Oriente (oeste), região que englobaria sobretudo a África, Ásia, Oriente Médio e América do Sul (BANAJI, 2019). Este modo de representação é chamado por Said (2007) de orientalismo.[1]

O Orientalismo se manifesta no cinema, na literatura colonial, em relatos de viagem e explorações, estendendo-se aos meios de comunicação, à imprensa e a outros ambientes, com origem na antiguidade e fortalecimento entre os séculos XVIII e XIX, após a expansão europeia. Em linhas gerais, o conceito é definido por Said (2007, p. 29) como "[...] um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o Oriente e (na maior parte do tempo) o Ocidente", que deu ao Ocidente a capacidade de representar e definir o Oriente, suas populações e características.

[1] Edward Said (1935-2003) foi um escritor palestino radicado nos Estados Unidos, crítico literário e um dos precursores dos estudos Pós-Coloniais. Em 1978 publicou a obra *Orientalismo*, na qual investigou as relações entre a expansão europeia e norte-americana e a produção de saberes sobre o Oriente, em uma abordagem que combinou análise literária e antropologia.

DOI: 10.19132/1807-8583202253.119713

Algumas das principais ideias orientalistas são a projeção dos povos orientais como exóticos, atrasados ou violentos, com tendência ao despotismo e inclinados para o fundamentalismo religioso, crenças homogeneizantes que caracterizam a região aludindo-a à ideia de mentalidade atrasada e de que suas populações não compartilham de valores tidos como ocidentais. As populações mais afetadas são os árabes e os muçulmanos, ora exibidos como violentos e totalitários, ora como misteriosos e exóticos.

A principal função do Orientalismo é de cunho material, manifestada com os objetivos de dominar e ter autoridade sobre o Oriente. A partir desse sentido, Said (2007) apropria-se dos estudos de Foucault sobre a relação entre discursos e poder, para considerar o Orientalismo uma forma discursiva usada como exercício de saber e poder. O discurso, para Foucault (2005), constitui um conjunto de enunciados que recebem suporte histórico e institucional para se manterem válidos e aceitos em uma época. Na relação que Said faz entre Orientalismo e a teoria foucaultiana, o discurso orientalista é usado para manter o poder ocidental sobre a região. Poder este que não se restringe à tradicional concepção de coerção ou controle físico, mas também no campo discursivo. Os discursos são, nesse sentido, elementos centrais na sustentação das relações de poder hegemônico, onde o saber sobre o Oriente é uma forma de manter o poder político e o domínio sobre ele.

Um dos pontos basilares do Orientalismo é a distinção entre "nós", o Ocidente, e "eles", o Oriente, pondo o Oriente, de modo geral, e o Oriente Médio, em particular, como a manifestação do que seria "o outro", ou seja: aquilo que é desconhecido, estrangeiro ou estranho. O viés preconceituoso sobre o "outro" necessita de apoio para se perpetuar no imaginário coletivo, seja através de discursos expressamente verbais ou não. Nesse contexto, as percepções sobre o Oriente Médio como o "outro" estão incluídas no cenário de composição de imagens e narrativas cotidianamente transmitidas de forma massiva e pública pela imprensa.

O Orientalismo é frequentemente abordado em relação com outros modos de preconceito, como o racismo (VAN DIJK, 2008; BANAJI, 2019), o colonialismo (SAID, 2007; 2011) e a xenofobia (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016). Impactou, também, debates que articulam o conceito em intersecção aos estudos de gênero. Orientalismo, gênero e poder têm sido apresentados por Khalid (2011, 2017) como um cruzamento essencial para, por exemplo, implementar a aceitação pública da campanha chamada de *Guerra ao Terror*, pelo ex-presidente dos Estados Unidos, George Bush, usada em resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001 ao país. Examinando discursos do governo, dentre eles pronunciamentos

oficiais, comunicados à imprensa e documentos publicados online, a autora demonstrou que representações de gênero foram usadas para criar uma realidade na qual as intervenções militares no Afeganistão e no Iraque eram mostradas como necessárias.

O uso de hierarquias de gênero baseadas em oposições entre um Ocidente superior e um Oriente inferior mobilizou ideias de identidades masculinas e femininas orientais em que, dentre outras imagens, os homens afegãos eram caracterizados como irracionais e violentos, e as mulheres muçulmanas e árabes como frágeis, oprimidas e passivas.

> A narrativa particularmente emotiva de 'salvar mulheres afegãs' demonstra a justaposição de desviantes e masculinidades ideais no discurso oficial, por referência às noções de feminilidade do 'Outro' como passiva. (KHALID, 2017, p. 14, tradução nossa).[2]

Ao passar a ideia de preocupação com os abusos sofridos pelas mulheres e de uma natural fragilidade atribuída à elas, construía-se uma visão dos americanos como aqueles com o papel de serem seus benevolentes salvadores. A aparente demonstração de preocupação pública com a situação das mulheres mobilizava dicotomias de bem e mal, civilização e barbárie, liberdade e opressão na retórica do governo Bush para delinear um inimigo oriental e requerer a Guerra ao Terror como única resposta viável aos atentados de 11 de setembro de 2001. Enquanto isso, os reais interesses do governo mantinham-se dissimulados. Os conhecimentos sobre o Oriente Médio foram usados como instrumentos legitimadores de aplicação do poder estadunidense.

Características orientalistas como a prerrogativa da superioridade ocidental estão presentes na abordagem de temas como o uso do véu islâmico em países da Europa. É o que aponta Banaji (2019), ao argumentar que o debate público intermediado pela mídia contribui para uma visão dualista sobre o tema, além de trazer consigo características racistas que validam a dominação branca por meio do tratamento dado a questões de interesse para os orientais.

O véu é um dos símbolos mais comuns no imaginário popular quando se vêm à mente a imagem das mulheres praticantes do Islã. Em função disso, ao reduzir o debate em torno do uso dessa vestimenta como uma representação entre a liberdade ocidental e as tradições

[2] No original: "The particularly emotive narrative of 'saving Afghan women' demonstrates the juxtaposition of deviant and ideal masculinities in official discourse, by reference to notions of 'Other' femininity as passive".

muçulmanas, a mídia reforça a imagem das mulheres muçulmanas como subordinadas a um patriarcalismo natural da ordem islâmica.

Nesse contexto, a estereotipagem embasa e opera para gerar a manutenção de opiniões preconceituosas contra essa população, que historicamente já é enxergada como a representação do "outro", ao professar uma fé e seguir costumes que vão de encontro aos valores ocidentais tidos como modernos e progressistas. A fronteira imaginária de distinção entre uma superioridade ocidental versus um atraso oriental é aprofundada.

Enxergado como marcador de diferença e identidade, o *hijab*, tipo de véu islâmico adotado pela maioria das muçulmanas para cobrir os cabelos, pescoço e colo, é limitado no debate midiático como o símbolo das mulheres muçulmanas, apesar do significado multifacetado que o envolve, indo desde um marcador religioso a um elemento de definição da identidade cultural e feminina (FERREIRA, 2013). Tais sentidos são diferentes da visão estigmatizada dos códigos culturais ocidentais de considerar a peça como marca de submissão ou opressão, o que gera uma separação mental entre as livres ocidentais e as aprisionadas orientais. Mesmo entre muçulmanos conservadores há os que defendem o uso como escolha pessoal das mulheres e algumas muçulmanas reivindicam o uso da vestimenta, não como imposição, mas de forma desejada para afirmar a própria identidade (GASPARD, 2007).

A visão de uma inércia ou isolamento das mulheres orientais é contestada por pesquisadoras como Sedghi (2007) e Kian-Thiébaut (2008). Ao estudar a relação entre mulheres e política no Irã, elas sublinham o ativismo feminino como forte movimento integrante do desenvolvimento histórico do país, marcado por uma dinâmica relação entre as mulheres e a política, com diferentes ondas lideradas por sufragistas, islâmicas, laicas, escritoras e outros grupos. A agenda por direitos políticos, sociais e civis sempre esteve presente nos movimentos feministas no país.

As mulheres também tiveram participação ativa em episódios mais recentes, como a Primavera Árabe, conjunto de levantes eclodidos no fim de 2010 no norte da África e Oriente Médio. Ora ocupando espaços públicos onde era permitido protestar junto aos homens, como no Egito, Tunísia e Marrocos, ou atuando como organizadoras e dirigentes, onde normas vigentes causavam a segregação do público feminino, como na Líbia, Bahrein, Síria e Iêmen (FIDH, 2012), as reivindicações incluíam melhores condições sociais e a queda de governos autoritários.

DOI: 10.19132/1807-8583202253.119713

Os exemplos mencionados indicam uma distância entre resultados de estudos com abordagem histórica (SEDGHI, 2007; KIAN-THIÉBAUT, 2008; KHALID, 2011, 2017; FIDH, 2012) e as imagens das mulheres exibidas na mídia. Em função disso, para aprofundar a compreensão da estrutura existente por trás da disseminação de ideias orientalistas sobre as mulheres na mídia e imprensa, torna-se necessário abordar os enquadramentos midiáticos, estruturas pelas quais as argumentações orientalistas manifestam-se na mídia.

3 Enquadramentos midiáticos

A noção de enquadramento é fundamental para compreender como o jornalismo constrói socialmente a realidade. Com origem na Sociologia e posteriormente incorporados aos estudos da Comunicação, o conceito foi explorado pelo sociólogo Erving Goffman, na clássica obra *Frame analysis*, lançada em 1974.

Em termos gerais, os enquadramentos são quadros de referências dispostos, sobretudo pela mídia, capazes de oferecer interpretações da realidade. Certos aspectos da realidade são salientados, enquanto outros são ofuscados. Com isso, é possível atribuir sentido aos acontecimentos. A mídia em geral e a imprensa em particular são duas das áreas que utilizam os enquadramentos nos processos de produção e apresentação das notícias. Eles manifestam-se por mecanismos como "[...] palavras, metáforas, conceitos, símbolos, ironias, imagens visuais, insinuações e sugestões da narrativa noticiosa" (SOARES, 2009). Ao longo do trabalho jornalístico, a seleção por certas palavras, representações, fontes usadas, uso de imagens, itens dispostos de certa forma, vão construindo os *frames*, ou seja, os quadros por onde o acontecimento é percebido e interpretado pelo público.

Porto (2004) divide os enquadramentos jornalísticos em noticiosos e interpretativos. Por enquadramentos noticiosos, o autor compreende os padrões de escolha e apresentação que os jornalistas usam na construção de seus relatos. Incluem-se aí a seleção e o destaque por determinados aspectos dos acontecimentos na narrativa. Trata-se do enquadramento que determina sob qual ângulo será a apresentação noticiosa. O segundo tipo, enquadramentos interpretativos, são os padrões de interpretação dos acontecimentos. Por meio deles, insere-se uma avaliação acerca de eventos, políticos, indivíduos; prescrição de ações; imputação de responsabilidades, etc. "Estas interpretações são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais." (PORTO, 2004, p. 92).

DOI: 10.19132/1807-8583202253.119713

Após estabelecer os assuntos que serão tratados e exibidos, a mídia faz uso de atributos para conferir uma moldura a tais temas (MCCOMBS, 2009). Ao caracterizar pessoas e objetos, seja de modo simples, ao informar idades e nomes, ou de modo mais complexo, como atribuindo valores ou críticas, um escopo de atributos é empregado à narrativa, manifestado como argumentos ou julgamentos que reforçam um ponto de vista.

Padrões de atributos sob os quais certos grupos são representados contribuem muitas vezes para a manutenção de estereótipos. É o que defende Biroli (2017), ao afirmar que os enquadramentos são esquemas simplificadores, ou padrões cristalizados de narrar um fato. "Os enquadramentos e os estereótipos que lhes dão sustentação se exprimem por meio de códigos morais relativamente estáveis. Ao colocá-los mais uma vez em circulação, o jornalismo contribui para essa estabilidade" (BIROLI, 2017, p. 139). A mídia não é uma fonte neutra de informação. As descrições e interpretações exibidas, seja de forma oculta ou manifesta, são poderosos meios de cristalizar representações, tornando-lhes públicas e duradouras.

Entretanto, os enquadramentos não são padrões estáticos. Eles podem mudar ao longo do tempo mediante demandas externas, seja pelas elites, ao reestruturar certas definições sobre temas, ou pela intermediação de esforços de grupos mobilizados, como movimentos sociais, com vozes capazes de questionar os padrões de apresentação dominantes (SOARES, 2009). A sociedade, cultura e o tempo histórico inserido também levam os enquadramentos para outras direções.

Os estudos do enquadramento trazem luz à relação entre processos midiáticos e produção de sentidos. Ao enxergar as notícias como fruto de uma construção social, intermediada por fatores de ordem social, cultural e técnica, o trabalho dos jornalistas se caracteriza como campo de não somente reflexão da realidade, mas de contribuição na atribuição de sentidos sobre ela. Ao representar acontecimentos, pessoas e culturas, ao dar vozes a determinadas fontes e silenciar outras, ao eleger critérios de seleção e hierarquização das notícias, a mídia constrói seus quadros do mundo.

4 Metodologia

Para identificar e discutir os enquadramentos das mulheres habitantes do Oriente Médio nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, verificando a presença de características orientalistas nas abordagens dos veículos, aplicamos como suporte metodológico a Análise de

DOI: 10.19132/1807-8583202253.119713

Conteúdo, em sua modalidade temático-categorial. A técnica sistemática proporciona a visualização de indicadores que revelam condições de produção e recepção das mensagens midiáticas, pois os significados das mensagens são interpretados num nível maior que em uma leitura comum (MORAES, 1999).

A Análise de Conteúdo figura como um dos aportes metodológicos úteis às pesquisas em jornalismo, pois através dela cada notícia pode ser separada e enxergada como fragmento do agendamento de um jornal, o que permite detectar as características das abordagens, as especificidades de cada cobertura, organizar códigos descritivos, teóricos ou analíticos, identificar modelos na análise de enquadramentos e critérios de noticiabilidade (HERSCOVITZ, 2007), bem como verificar a existência de representações. Neste artigo, buscamos traços orientalistas nos enquadramentos identificados e presentes nos enunciados.

Optamos por observar os conteúdos veiculados na editoria internacional dos jornais impressos O Globo e Folha de S. Paulo. Nosso *corpus* analítico consistiu nas matérias veiculadas no período de 01 de janeiro a 31 de maio de 2018. Ambos os veículos identificam o caderno de notícias internacionais com o título *Mundo*. A escolha pelos jornais se deu pela intenção de trabalhar com veículos de abrangência nacional, grande tiragem e tradição na imprensa nacional.

O período de tempo entre 01 de janeiro e 31 de maio de 2018 foi selecionado por conter um conjunto de marcos da cobertura do Oriente Médio na imprensa. Os principais deles foram: (1) a marca dos sete anos de início da guerra civil na Síria, completada em 15 de março de 2018; e (2) o aniversário de 70 anos da fundação do Estado de Israel, em 14 de maio, período que marca também o início do êxodo em massa dos palestinos, chamado de *nakba*, ou catástrofe, em português.

A aplicação da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016) envolve três fases: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados e interpretações. Nossa pré-análise consistiu em selecionar todas as notícias que fizeram menção ao Oriente Médio, seja no título da matéria, subtítulo ou ao longo do texto. Recolhemos a matéria ao identificar qualquer notícia que mencionava algum dos 16 países da região, ou termos que poderiam estar ligados a eles, como menções a populações ou autoridades.

Após o descarte de matérias que não tinham questões do Oriente Médio como temática central, chegou-se ao número total de 314, sendo 160 da Folha de S. Paulo e 154 de O Globo, nos formatos de notícias, reportagens, colunas, entre outros. As matérias foram

DOI: 10.19132/1807-8583202253.119713

coletadas por meio dos acervos online da Folha de S. Paulo e de O Globo, onde é possível acessar e fazer *download* das edições integrais dos veículos.

Usamos a prática da Análise de Conteúdo chamada de análise temático-categorial, que consiste em desmembrar o texto em categorias segundo reagrupamentos analógicos (BARDIN, 2016). Selecionamos como unidades de registro as notícias de interesse para a pesquisa, e como unidades de contexto, as teorias sobre Orientalismo expostas durante o aporte teórico.

Ao longo dos cinco meses de período observado, encontramos em dimensão minoritária, mas incorporadas ao noticiário dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, matérias que traziam pautas sobre lutas femininas, denunciando o assédio sexual, reivindicando igualdade de direitos e a busca por espaços de trabalho, noticiando protestos organizados por mulheres e a repercussão de governos e grupos a iniciativas de empoderamento feminino.

As notícias que tinham o gênero como elemento marcante apareceram em menor escala quando em comparação com outras temáticas que ganharam coberturas duradouras ao longo dos meses, como conflitos e questões políticas. Neste trabalho, consideramos relevante a exploração de matérias que traziam a ação de mulheres como foco para direcionar nossa análise a determinados temas com uma visibilidade inferior nas matérias sobre a região, mas que indicam a circulação de representações determinantes sobre as populações dela. Usando tais critérios como norte, chegamos ao total de nove matérias que fizeram parte da nossa análise.

Em termos operacionais, a análise das narrativas foi orientada pela identificação dos enquadramentos presentes. Identificamos e verificamos a seleção de atributos usados para descrever as mulheres e as ações realizadas por elas, atentando para como os atributos centrais estruturaram a narrativa nas matérias, configurando a imagem e ações das mulheres, através de avaliações positivas ou negativas, uso de fontes, contextualização dos temas, etc. Além disso, as notícias foram analisadas com apoio nas discussões sobre Orientalismo, em sua intersecção com estudos de gênero, pressupostos teórico-conceituais orientadores da pesquisa.

Por fim, a interpretação dos resultados compreendeu expor as reflexões que surgiram da descrição e exploração dos conteúdos manifestos, bem como da análise comparativa dos jornais, fase chamada por Bardin (2016) de tratamento dos resultados e interpretações.

5 As representações das mulheres nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo

Durante o período de 01 de janeiro a 31 de maio de 2018, identificamos o número total de nove matérias com coberturas que trouxeram questões de gênero como elementos marcantes na narrativa. A temática de gênero é minoritária em relação ao número total de matérias que citam o Oriente Médio. Optamos, então, por analisar as que tiveram mais elementos úteis à interpretação, tendo como norte a capacidade de contribuição para o entendimento dos enquadramentos marcados por vieses orientalistas.

Um dos temas abordados por ambos os jornais durante a diacronia explorada foi a prisão de Ahed Tamimi, uma jovem palestina de 17 anos, acusada de agredir soldados israelenses. Tratando-se de uma temática ligada aos conflitos na região, chama atenção o quanto o fator de gênero foi destacado nas narrativas. A Folha de S. Paulo trouxe o tema em 14 de janeiro de 2018, por meio da entrevista *Prisão longa foi ato exagerado, diz advogada* (KRESH, 2018b), feita com a advogada da jovem, e na notícia *Ativista adolescente vira símbolo palestino contra soldados de Israel* (KRESH, 2018a), que abordava o perfil da garota e as consequências da prisão. Os dois conteúdos feitos por Daniela Kresh, em colaboração para a Folha de S. Paulo, foram escritos diretamente de Israel. No caso da matéria, por repetidas vezes a aparência e beleza de Ahed são mencionadas na forma como a jovem é descrita.

Trechos como "Ela tem cabelos louros encaracolados e esvoaçantes e olhos verde-piscina" e "A fama da bela adolescente explodiu a cerca de um mês" exemplificam a valorização que é feita aos traços físicos. A narrativa qualifica a garota como uma "corajosa heroína" para os palestinos, "famosa local e internacionalmente", que "alcançou status de celebridade", é "celebrada em canções, grafites e documentários" e "recebe declarações de amor em redes sociais" (KRESH, 2018a, 2018b). A situação da jovem é abordada sob a ótica da glamourização, ressaltando aspectos da fama e heroísmo. Ela é chamada de "ativista" pelo jornal, que também informa que pelo menos dois de seus familiares já haviam se envolvido em episódios terroristas, associando o comportamento dela ao de sua família e suscitando a conotação de que suas ações poderiam seguir caminhos semelhantes:

> Pelo menos dois membros da família Tamimi se envolveram com terrorismo: Nizar (primo do pai), foi condenado pelo assassinato de um civil israelense em 1993, e sua mulher, Ahlam, participou do atentado contra a pizzaria Sbarro, em Jerusalém, em 2001, no qual morreram 16 pessoas. Além disso, dois tios de Ahed morreram em confronto com soldados israelenses na última década. (KRESCH, 2018a).

DOI: 10.19132/1807-8583202253.119713

Em outro momento da notícia, a visão israelense sobre o episódio é explicada e ganha argumentação:

> No lado israelense, acredita-se que Ahed Tamimi seja usada como propaganda contra Israel por meio de provocações criadas para serem registradas em vídeo. ONGs pró-palestinos costumam distribuir câmeras à população local, explorando o fato de que militares fardados serão sempre vistos como vilões em confrontos com civis, mesmo que atuem corretamente e que um conflito tão complexo tenha nuances. (KRESCH, 2018a).

De forma explícita, a visão israelense sobre Tamimi ganha apoio na narrativa do jornal, quando há o apontamento de uma tendência palestina a criminalizar as ações do exército israelense. Enquanto a jovem é enquadrada como violenta e próxima a terroristas, o exército é definido de forma positiva.

O Globo abordou o tema em 14 de fevereiro de 2018, na matéria *Intifada de chutes e tapas*, focando na prorrogação da prisão da jovem. O jornal a chama de "garota", "adolescente" e "jovem", e diz que ela foi transformada em um símbolo da causa palestina. A aparência dela também é mencionada, ainda que de forma menos enaltecida, caracterizando-a como "[...] jovem de cabelos louros e encaracolados" (INTIFADA..., 2018, p. 18), termo semelhante ao usado na Folha de S. Paulo. Há de se considerar que tal semelhança pode indicar que o texto foi extraído de algum material das agências de notícias. O jornal, no entanto, emprega uma narrativa bem mais curta e objetiva que a da Folha, se limitando a abordar a situação da prisão dela, os posicionamentos da advogada e a reação das autoridades israelenses.

Sobretudo na Folha de S. Paulo, é traçado um perfil ambíguo, em que a jovem é tanto a heroína dos palestinos quanto a vilã para as autoridades israelenses, tanto a celebridade quanto a rebelde. É representada como a menina bonita, mas familiar de pessoas praticantes de terrorismo. É vítima palestina do sofrimento de seu povo, enquanto também pratica uma suposta violência.

No caso em análise, o estranhamento não se dá somente por ser alguém praticando uma ação representada como violenta, mas sobretudo por ser uma mulher. Essa é a diferença ressaltada. Além de ser uma mulher, é também loira, de olhos verdes e, portanto, considerada bela para os padrões estéticos contemporâneos. O uso da violência como ferramenta para resistência não é analisado sob um entendimento mais profundo, mas o estranhamento que

fica evidente é ligado ao fato da jovem ser bela e ter ficado famosa por ações interpretadas como agressivas contra soldados israelenses.

O emprego de termos salientando e enaltecendo a aparência da jovem e a representando como celebridade trouxeram uma visão glamourizada da situação. Leva, também, a comentar alguns pontos sobre como os enquadramentos da garota funcionam no texto. Em termos dos atributos centrais ou dominantes, ou seja, dos elementos de interesse crítico para configurar a imagem de um objeto descrito (AZEVEDO, 2004), a posição ocupada por tais atributos na Folha de S. Paulo enquadraram a garota sob a perspectiva da imagem visual, de aspectos da feminilidade e da fama.

Ademais, observou-se o emprego do terrorismo na Folha como meio de associar as ações da jovem com a de seus pais, qualificados como terroristas. Essa é uma ferramenta de esvaziamento das ações dela. A ligação a um ato criminoso é uma ferramenta de deslegitimação apontada como basilar para reforçar a percepção orientalista de compreender os árabe-islâmicos como perigosos (SAHD, 2007; SAID, 2011; FONTENELLE, 2013). Quando questões históricas e sócio-políticas são ignoradas, abandona-se também a compreensão racional da situação. A construção argumentativa utilizada desumaniza os familiares de Tamimi ao mesmo tempo em que reduz o comportamento deles e da jovem à intenção de promover violência.

A disposição de como a Folha de S. Paulo narra a prisão recorre a um arcabouço de conhecimentos orientalistas, como a resistência palestina como terrorismo. A partir disso, o mito do terrorismo é empregado como ferramenta de explicação da situação, sob uma retórica da ameaça e do medo. Na perspectiva de gênero, por outro lado, a abordagem ancora a garota sob os estereótipos da beleza feminina e da fama, meios igualmente usados como forma de esvaziamento de suas ações.

Enquanto deslegitima a causa palestina, o argumento do terrorismo faz adesão à visão israelense. O próprio título da notícia traz uma indicação a isso, ao afirmar que a jovem virou símbolo “contra soldados de Israel”, e não um símbolo de resistência à ocupação israelense; direcionando a revolta da jovem a uma classe específica – o exército – e não contra as ações do governo. A única visão apresentada que se contrapõe a esse tipo de narrativa é exposta através de uma entrevista com a advogada de Tamimi, argumentando que a prisão longa havia sido um ato exagerado e que não levava em conta o contexto de vida da jovem, criada em meio à ocupação na Cisjordânia.

Outro exemplo de recorte de gênero foi identificado em janeiro, quando os dois jornais abordaram as manifestações de mulheres iranianas contra a obrigatoriedade do uso do *hijab*, véu islâmico que cobre os cabelos das muçulmanas. Desde a Revolução Islâmica de 1979, uma lei impõe às mulheres o uso do véu, podendo punir com prisão quem a infringir. Em 2018, o véu tornou-se o símbolo do movimento feminino e uma forma de dar visibilidade mundial à luta por igualdade de gênero e melhores condições de vida para a população. O movimento ganhou repercussão em outros países, inclusive fora do mundo islâmico, sendo também apoiado por iranianas que viviam na Europa.

A Folha de S. Paulo noticiou os protestos como limitados apenas a questões de vestimentas, como é possível notar no título *Protestos no Irã contra uso do véu islâmico ganham fôlego* (BERCITO, 2018b), de 18 de fevereiro de 2018. O movimento é resumido como uma insatisfação ao uso do *hijab*, sem qualquer problematização contextual que o trate como um movimento político por direitos iguais. A matéria traz o depoimento da ativista iraniana Masih Alinejad, responsável por organizar outros protestos do mesmo tipo. O jornal chegou a mencionar que os protestos coincidiam com outras manifestações pelo país, motivadas por problemas econômicos e de desemprego, mas não é feita uma relação direta entre eles e nada é expresso sobre a pauta por direitos femininos de modo mais amplo.

No jornal O Globo, o tema foi abordado pela primeira vez em 6 de fevereiro de 2018 repercutindo uma pesquisa divulgada pelo presidente do Irã indicando que quase metade dos iranianos, homens e mulheres, eram contra a obrigatoriedade do *hijab.* (ROUHANI..., 2018). Ação que, segundo o jornal, seria uma forma de tentar agradar grupos contrários e favoráveis aos protestos femininos. A matéria menciona que o movimento das mulheres ocorreu após as manifestações contra o regime iraniano, e que não se restringia à pauta sobre os direitos femininos. Em O Globo, o tema ganha um enquadramento voltado para questões sociais e políticas.

O tema ganhou continuidade em 18 de fevereiro de 2018. Foi deixado claro, já no título da narrativa, que o movimento feminino reivindicava não somente a liberdade de escolha quanto ao uso do *hijab*, mas tratava-se também de uma luta maior pela igualdade de direitos. A matéria *No protesto das iranianas, muito mais do que o fim do véu*, foi assinada pela jornalista brasileira Graça Magalhães-Ruether (2018b). A narrativa menciona as reivindicações por outros direitos, como o de sair sozinha à noite e pelo fim da punição por cometimento de adultério, e aborda que a crise econômica enfrentada no país foi um fator

DOI: 10.19132/1807-8583202253.119713

decisivo para aumentar o grau de insatisfação das mulheres e levá-las às ruas. Expõe, também, que os protestos encontraram ressonância em iranianas que viviam na Europa.

O caráter político do movimento ficou mais claro em O Globo ao trazer como fontes diversas mulheres iranianas ativistas, dentre elas a advogada Shirin Ebadi, ganhadora do prêmio Nobel da Paz em 2003; a porta-voz da comunidade iraniana na Alemanha, Bijan Jafari; a ativista Shirin Najali; a escritora feminista Jina Khayyer e a cabelereira Liela Khafari. A diversidade de opiniões sobre o tema é maior no jornal carioca, que dá protagonismo à voz das mulheres por meio de declarações literais, inseridas entre aspas, e representa o tema de forma mais ampla. A pauta foi retomada em 20 de fevereiro de 2018 ao reportar a prisão e agressão de Liela por participar do protesto. A matéria *Iraniana relata prisão e agressão por fazer protesto contra véu* (MAGALHÃES-RUETHER, 2018a) traz também o relato de uma médica cirurgiã iraniana cuja neta de nove anos havia sido ameaçada de expulsão da escola por não usar o *hijab*.

Limitar a representação dos movimentos a reivindicações por vestimentas, como feito na Folha de S. Paulo, é não permitir visibilizar a agenda ampla e diversa das mulheres iranianas e a inclusão delas na luta política. O veículo ocultou um movimento multifacetado que também clamava por melhores condições econômicas e sociais que, em conjunto, melhoram a vida tanto de homens quanto de mulheres em um país extremamente patriarcal. Através de um enquadramento que salientou unicamente a pauta sobre o véu, as demandas amplas das mulheres foram esvaziadas nas mensagens emitidas pela Folha de S. Paulo.

A articulação das iranianas foi um exemplo marcante da maior participação feminina muçulmana nos espaços públicos, movidas pelo desejo de construir e modificar suas histórias, a partir da luta por mais autonomia e liberdade de escolha. No entanto, esse contexto sobre os protestos foi ignorado ou incompreendido. O Irã passava por um delicado quadro econômico, situação agravada por tensões com países ocidentais, questões também ausentes na narrativa do jornal. É necessário levar em consideração que os enquadramentos comunicam não somente pelo que enfatizam, mas também pelo que ocultam. Assim, outros importantes aspectos envolvidos no contexto das manifestações ficaram excluídos.

Pautas femininas também aparecem relacionadas à luta contra o assédio sexual. A Folha de S. Paulo abordou, em 20 de fevereiro de 2018 o movimento #MosqueMeToo, uma mobilização de milhares de mulheres muçulmanas nas redes sociais relatando abusos sofridos durante peregrinações à cidade de Meca, sagrada para o Islã. O movimento ganhou repercussão mundial. A matéria *Mulheres relatam abuso sexual em Meca*, assinada por Diogo

Bercito (2018a), traz depoimentos de quatro mulheres expondo os diferentes tipos de abuso sexual sofridos.

A positividade em dar voz a mulheres fragilizadas, no entanto, divide espaço com a menção de que as denúncias teriam aborrecido o Islã. É o que é exposto no subtítulo da notícia, ao afirmar que "Movimento iniciado por publicação de paquistanesa em rede social já reúne milhares de relatos e incomoda Islã" (BERCITO, 2018a). Dentro do texto, referências a essa característica também são mencionadas:

> Eltahawy foi criticada por colegas de fé. "Preferiam que me calasse para que os muçulmanos não ficassem com uma imagem ruim", escreveu. Em meio aos ataques verbais sofridos por quem compartilhou as histórias, diversas outras mulheres optaram por não revelar seus nomes. (BERCITO, 2018a).

Em outro trecho, ganha espaço a fala da criadora do movimento, também criticada por praticantes do Islã. "Até que Khadija leu os relatos de outras muçulmanas – e também as críticas às vítimas. 'Pediam que não contássemos o que aconteceu porque mancharíamos a imagem de um lugar sagrado como Meca', diz" (BERCITO, 2018a). A ênfase na expressão de incômodo de pessoas da comunidade islâmica às denúncias e a referência que é feita ao Islã responsabiliza a religião pela tentativa de calar o movimento das mulheres.

A apreensão do Islã como religião antagônica à equidade de gênero é um dos pilares da visão orientalista sobre as mulheres. Assim como é articulado pela Folha, casos particulares de crítica ao movimento ganharam uma construção que o inseriram como a posição da religião como um todo. Ao analisar o texto, pode-se chegar ao julgamento de que se recorreu à perspectiva mais rápida e simplista sobre a posição de entidades muçulmanas sobre o protesto: a escolha pela tentativa de repressão e silenciamento das mulheres, ainda que nenhum líder em específico tenha sido mencionado. A condução interpretativa que é feita ignora que o Islã é composto por diferentes correntes de entendimento sobre temas variados, sendo improvável que posições de seus praticantes correspondam a de todas as correntes existentes.

Apesar da preponderância de narrativas que abordam aspectos negativos sobre a situação das mulheres, identificamos uma das seletas matérias integrantes do nosso recorte que conseguem contestar imagens negativas sobre a posição das mulheres na região. Trata-se da notícia da Folha de S. Paulo *Veterinárias abrem espaço no Afeganistão*, veiculada em 25 de fevereiro de 2018 que conta a história de duas mulheres que trabalhavam como veterinárias

DOI: 10.19132/1807-8583202253.119713

na única ONG de resgate de animais no país. Por meio de ações educativas, elas incentivavam outras mulheres a buscarem educação superior e, posteriormente, empregos na área escolhida. No país, a maioria das jovens tornam-se unicamente donas de casa, consequência das limitações impostas à educação feminina em uma sociedade fortemente patriarcal. A matéria foi assinada por Carolina Vila-Nova (2018).

O texto traz a pauta do empoderamento feminino. A visão otimista e esperançosa sobre as mulheres é uma abordagem rara quando observamos os temas veiculados sobre o Oriente Médio nos jornais, sobretudo em se tratando de iniciativas encabeçadas por mulheres da própria região, que partilham do mesmo contexto cultural das demais. Elas estavam ocupando postos de trabalho que seriam masculinos, tendo em vista que no país as mulheres ainda são educadas para uma vida voltada ao casamento.

O protagonismo feminino nas lutas por direitos e defesa da igualdade na educação e no trabalho ganhou espaço inferior no agendamento noticioso do Oriente Médio, em comparação com outros tópicos, mas demonstra que o empoderamento feminino é uma luta universal. A busca pelo acesso ao emprego, à educação e contra a violência é compartilhada por mulheres orientais e ocidentais.

6 Considerações finais

Ao analisarmos a esfera da representação midiática das mulheres habitantes do Oriente Médio na imprensa tradicional brasileira, através dos enquadramentos presentes nas coberturas realizadas no caderno Mundo dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, detectamos que a abordagem da região passa por diferentes tendências.

Constatamos que vieses orientalistas tendem a estigmatizar a atuação das mulheres árabes e muçulmanas na luta por igualdade de direitos. Enquanto isso, fatores de ordem social, política e econômica ficaram silenciados. O debate nos jornais analisados não passou por uma contextualização maior, que comparasse os fatos com situações semelhantes do passado ou abordassem a luta feminina em perspectiva, através de eventos históricos que exibissem as mulheres como agentes de mudança política e social. Ao ignorar esse contexto, as relações com a religião ficaram evidenciadas.

As matérias que abordaram questões de gênero não ganharam discussões aprofundadas para o nível de complexidade que demandavam. Estas, quando apareceram, traziam a noção de excepcionalidade em meio às ações da maioria das mulheres do contexto

retratado. O enquadramento do envolvimento das mulheres manteve-se vinculado a uma dimensão de consciência política feminina como ocidental, da luta das mulheres como evento pontual na região, e não de resposta ativa como parte de suas próprias histórias.

Especialmente no jornal Folha de S. Paulo, em relação ao movimento feminino contra a obrigatoriedade do uso do véu, ele foi limitado a aparecer sem contextualização histórica, social e política. O tratamento dado à peça de roupa como símbolo de desobediência civil nas manifestações não levou em conta que as mulheres do país fazem uso de estratégias e marcas específicas às suas circunstâncias culturais e locais, que influenciam em seus modos de chamar atenção para reivindicações. A não obrigatoriedade do uso da peça mantinha-se atrelada a uma luta ampla por mudanças para a população iraniana de forma geral, como melhores condições econômicas. Desse modo, desconsiderou-se a discussão do tema dentro do contexto intrínseco ao qual ele estava inserido.

Tais características podem auxiliar na manutenção da visão de um Oriente passivo ou de que as pautas ainda ficam ligadas a questões somente culturais e religiosas. Sinalizam, além disso, para um olhar ocidentalizado que tende a relacionar manifestações por direitos aos valores das mulheres ocidentais, ainda que a participação delas em lutas pela equidade de gênero esteja presente em diferentes sociedades ao redor do mundo.

Nesse ponto, identificamos uma visão orientalista vinculada à noção de ocidentalização. No nosso recorte, as mulheres mobilizaram-se coletivamente por direitos e liberdade de escolha, pela denúncia e responsabilização de assédios sexuais e por melhores condições sociais e de trabalho, pautas sem associação direta a causas de natureza religiosa, o que seria uma possível tentativa de aproximação ao contexto das nações ocidentais, tidas como modernas. Assim, as mulheres tradicionalmente enxergadas como fundamentalistas, passivas e oprimidas são exibidas em direção a uma transição para a ideia de modernidade, com sua união coletiva e protagonismo como determinante para essa transformação. A passividade como característica atribuída às orientais pelo Ocidente contribui para, entre outras coisas, a visão receosa que os ocidentais alimentam sobre essas mulheres, utilizando o véu como vitrine para enxergá-las como oprimidas ou retrógradas.

No entanto, apesar da presença de mulheres como fontes e da abordagem de temas importantes sobre elas, não identificamos rupturas marcantes com concepções orientalistas, pois estas ainda aparecem no modo como alguns temas foram reportados. O conjunto de representações fornecido nos veículos a partir dos enquadramentos identificados ainda ancoraram a região sob vieses predominantemente negativos e dotados de concepções

intrínsecas de uma base orientalista de ideias que se mantém ao longo do tempo, ainda que sofra transformações.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Xenofobia**: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

AZEVEDO, Fernando. Agendamento da Política. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 41-71.

BANAJI, Shakuntala. Racismo e Orientalismo: o papel da mídia. *In*: CORRÊA, Laura Guimarães (org.). **Vozes Negras em Comunicação**: mídia, racismos, resistências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 37-51.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERCITO, Diogo. Mulheres muçulmanas relatam abuso sexual na peregrinação a Meca. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2018a. Mundo, p. A13.

BERCITO, Diogo. Protestos no Irã contra véu islâmico ganham fôlego. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 de fev. 2018b. Mundo, p. A17.

BIROLI, Flávia. A reprodução dos estereótipos nos discursos jornalísticos. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017. p. 117-146.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. Diálogos sobre o uso do véu (hijab): empoderamento, identidade e religiosidade. **Perspectivas**, Araraquara, v. 43, n. 1, p. 183-198, 2013.

FIDH. **Women and the Arab Spring**: taking their place? Paris: International Federation for Human Rights, 2012.

FONTENELLE, Paula. **Iraque**: a guerra pelas mentes. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

GASPARD, Françoise. O véu da disputa. **Mandrágora**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 107-116, 2007.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 123-142.

INTIFADA de chutes e tapas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 fev. 2018. Mundo, p. 18.

KHALID, Maryam. Gender. Orientalism and Representations of the 'Other' in the War on Terror. **Global Change, Peace & Security**, *[s. l.]*, v. 23, n. 1, p. 15-29, 2011.

KHALID, Maryam. **Gender, Orientalism, and the 'War on Terror'**: Representation, Discourse, and Intervention in Global Politics. Londres: Routledge, 2017.

KIAN-THIÉBAUT, Azadeh. Princesas, sufragistas, islâmicas, laicas, onguistas, escritoras – a luta feminista no Irã. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 145-169, 2008.

KRESH, Daniela. Ativista adolescente vira símbolo contra soldados de Israel. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jan, 2018a. Mundo, p. A12.

KRESH, Daniela. Prisão longa foi ato exagerado, diz advogada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jan, 2018b. Mundo, p. A12.

LIMA, Venício A. Cenários da Representação da Política. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 9-40.

MAGALHÃES-RUETHER, Graça. Iraniana relata prisão e agressão por fazer protesto contra véu. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 fev. 2018a. Mundo, p. 20.

MAGALHÃES-RUETHER, Graça. No protesto das iranianas, muito mais do que o fim do véu. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 fev. 2018b.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.

ROUHANI sinaliza Irã dividido sobre véu obrigatório. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 fev. 2018. Mundo, p. 20.

SAHD, Fábio Bacila. **Oriente Médio desmistificado**: fundamentalismo, terrorismo e barbárie. Curitiba: CRV, 2011.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2011.

SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007. Obra original de 1978.

SEDGHI, Hamideh. **Women and Politics in Iran**: Veiling, Unveiling, and Reveiling. New York: Cambridge University Press, 2007.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de Enquadramento. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 450-465.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VILA-NOVA Carolina. Veterinárias abrem espaço no Afeganistão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 fev. 2018. Mundo, p. A16.

Framings of middle-eastern women in the press: an analysis of the newspapers O Globo and Folha de S. Paulo

Abstract

The article aims to identify and discuss the journalistic framings about Middle Eastern women in the Brazilian press. Our corpus consists of articles published by the newspapers Folha de S. Paulo and O Globo, between January 1 and May 31, 2018. We articulate the concept of Orientalism proposed by Edward Said to gender studies developed mainly by Maryam Khalid, Hamideh Sedghi and Azadeh Kian-Thiébaut, understanding how Orientalist conceptions operate in journalistic narratives. The methodology applied was Content Analysis, in its thematic-category modality. We identified that the narratives are anchored in the idea of westernization of the region, in which women are shown towards a transition to the idealization of modernity, but still linked to traditionally orientalist conceptions.

Keywords

Middle East; women; frames; Folha de S. Paulo; O Globo

Autoria para correspondência

Rodrigo Martins Aragão
rodrigomaragao@yahoo.com.br

Lucélia Gomes Pereira
luceliaprr@gmail.com

Como citar

ARAGÃO, Rodrigo Martins; PEREIRA, Lucélia Gomes. Enquadramentos de mulheres médio-orientais na imprensa: uma análise dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. **Intexto**, Porto Alegre, n. 53, e-119713, jan./dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.19132/1807-8583202253.119713

Recebido: 02/11/2021
Aceito: 20/06/2022

Copyright (c) 2022 Rodrigo Martins Aragão, Lucélia Gomes Pereira. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.